



Número: **1063195-24.2021.4.01.3400**

Classe: **PETIÇÃO CRIMINAL**

Órgão julgador: **12ª Vara Federal Criminal da SJDF**

Última distribuição : **03/09/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Advocacia administrativa**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Presidente da "CPI da Pandemia" (REQUERENTE)		EDVALDO FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO)	
MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (REQUERIDO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
72842 2539	13/09/2021 14:39	Decisão Terminativa	Decisão Terminativa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
12ª Vara Federal Criminal da SJDF

PROCESSO: 1063195-24.2021.4.01.3400

CLASSE: PETIÇÃO CRIMINAL (1727)

POLO ATIVO: Presidente da "CPI da Pandemia"

REPRESENTANTES POLO ATIVO: EDVALDO FERNANDES DA SILVA - DF19233

POLO PASSIVO: MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA

DECISÃO

1. O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no Senado Federal para apurar ações e omissões no enfrentamento da Pandemia da COVID-19 no Brasil ofertou manifestação a este Juízo na qual requer:

“a) a intimação de MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA para comparecer impreterivelmente a depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a pandemia Comissão, às 9h30min do dia 15 de setembro de 2021, quarta-feira, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, na forma do art. 218 do CPP e sob as penas do art. 219 do mesmo diploma legal, inclusive o ressarcimento de todas as despesas incorridas pela CPI para a realização da diligência que vier a ser frustrada por culpa da testemunha;

b) a busca e a apreensão do passaporte da referida testemunha e seu acautelamento por 30 (trinta) dias;

c) a proibição que a testemunha se ausente da comarca de sua residência sem prévia autorização da Comissão Parlamentar de Inquérito nos próximos 30 (trinta) dias, sob pena de prisão ou monitoramento eletrônico, a critério deste Juízo.

d) A imediata condução coercitiva do depoente, com o uso da força policial necessária, caso não compareça pontualmente às 9h30min da manhã ao local em que será tomado o seu depoimento.”



2. Para tanto, alega, em síntese, que o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou a convocação de MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA para prestar depoimento perante o Colegiado, na qualidade de testemunha. Contudo, nada obstante regular intimação, a testemunha mencionada não compareceu ao ato designado nem justificou a ausência.

3. Aduz que a testemunha demonstra inequívoca intenção em não comparecer ao ato, tendo, inclusive, impetrado o Habeas Corpus de n. 206.092/DF perante o Supremo Tribunal Federal no qual, a despeito de ter-lhe sido assegurado o direito ao silêncio face a garantia contra a auto-incriminação, foi indeferido o pleito de não comparecimento ao ato por se tratar de testemunha convocada.

4. Refere que o Plenário da CPI da Pandemia aprovou, em 2 de setembro de 2021, o Requerimento nº 1482/2021 (anexo 9), apresentado pelo Presidente da Comissão, o Senador OMAR AZIZ, para solicitar à autoridade judicial que determine a condução coercitiva da testemunha, a retenção do passaporte do depoente por 30 dias, a proibição de o depoente se deslocar da comarca em que reside sem prévia autorização da Comissão Parlamentar de Inquérito, a indicação pelo depoente de telefone e endereço eletrônico à CPI por meio dos quais se possa ser contatado imediatamente em caso de necessidade e a expedição de ofício ao Ministério Público Federal para que tome conhecimento dos fatos objeto destes autos e adote as devidas providências de sua alçada.

5. Alega que o depoimento da testemunha MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA é absolutamente imprescindível ao inquérito parlamentar que tem prazo certo e determinado (art. 58 da Constituição Federal).

6. Sustenta o cabimento das medidas pleiteadas para viabilizar a oitiva da testemunha sendo certo que, às testemunhas, no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquérito aplicam-se às normas atinentes à legislação penal nos moldes do disposto no art. 58 da Constituição Federal e art. 3º, §1º, da Lei n. 1.579/52.

7. O requerente apresentou petição a este Juízo, em 09/09/2021, na qual informou o comparecimento espontâneo da testemunha à Secretaria da CPI para intimação do ato. Reiterou os pedidos de expedição de mandado de condução coercitiva e cautelares conforme requerimento inicial.



8. O Ministério Público Federal, de sua vez, ofertou parecer no qual oficiou pelo indeferimento dos pedidos formulados.

9. É o relato necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO.

10. O pedido inicial de intimação da testemunha MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA está prejudicado em face do comparecimento espontâneo da testemunha na Secretaria da CPI para intimação.

11. Nada obstante, o pedido de expedição de mandado de condução coercitiva tem amparo legal.

12. Deveras, nos termos do art. 3º da Lei n. 1.579/52, a intimação das testemunhas e indiciados no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquérito serão realizadas de acordo com a legislação penal.

13. Dispõe o parágrafo 1º do mencionado artigo que em caso de não comparecimento da testemunha para inquirição sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao Juízo Criminal.

14. Pois bem, consoante se depreende dos autos, a despeito de ciência inequívoca da designação de data para sua oitiva, a testemunha MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA não compareceu nem tampouco justificou a ausência ao ato designado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

15. Conforme se extrai da decisão proferida no Habeas Corpus n. 206.092/DF foi expressamente rechaçado o pedido de não comparecimento da testemunha ao ato, muito embora tenha sido expedido salvo-conduto para assegurar à testemunha o direito ao silêncio em caso de perguntas cujas respostas possam ensejar a autoincriminação.

16. Entretanto, a testemunha MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ não



atendeu à intimação da Comissão Parlamentar de Inquérito e deixou de comparecer ao ato designado para a sua inquirição sem justificativa para tanto.

17. Sucede que a testemunha não pode se recusar a prestar depoimento sobre fatos que tenha conhecimento, seja em Juízo, seja perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, salvo nas hipóteses previstas nos arts. 206 a 208 do CPP, situações não configuradas no caso em apreço.

18. Assim sendo, forçoso reconhecer que na hipótese em análise trata-se de testemunha recalcitrante, fato que autoriza a aplicação do disposto no art. 218 do CPP “Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.”

19. Por tais razões, com base nas razões e fundamentos jurídicos já declinados, desde já **DEFIRO** o pedido de expedição de mandado de condução coercitiva para a testemunha MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA **acaso não compareça nem justifique a sua ausência ao ato de inquirição designado, fato que deverá ser imediatamente comunicado a este Juízo para fins de expedição do mandado de condução coercitiva.**

20. Por outro lado, por ausência de respaldo legal **INDEFIRO** os pedidos busca e a apreensão do passaporte da testemunha e seu acautelamento por 30 (trinta) dias bem como de proibição à testemunha de se ausentar da comarca de sua residência sem prévia autorização da Comissão Parlamentar de Inquérito nos próximos 30 (trinta) dias, sob pena de prisão ou monitoramento eletrônico.

21. Com efeito, as medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal (arts. 319 e 320) não se destinam às testemunhas, mas aos investigados e acusados em procedimento penal.

22. Aliás, a Comissão Parlamentar de Inquérito formulou semelhante pedido nos autos do HC n. 206.092, oportunidade em que relatora do feito, ministra Carmen Lúcia, ressaltou:

“Ademais, nos arts. 319 e 320 do Código de Processo Penal se estabelecem



medidas cautelares diversas da prisão, entre as quais a proibição de ausentar-se da comarca sem prévia autorização judicial e a proibição de ausentar-se do país, aplicáveis ao acusado ou investigado em procedimento de natureza penal. Considerando a convocação do paciente pela Comissão Parlamentar de Inquérito, na condição de testemunha, como reafirmado nas “informações preliminares” (fl. 11, e-doc. 52), seriam descabidos os requerimentos de determinação de “retenção do passaporte do paciente por 30 (trinta) dias, [com o] acautelamento do documento pela Polícia Federal [e] proibição de o paciente de deslocar-se da comarca em que reside sem prévia autorização da Comissão Parlamentar de Inquérito”.

23. Destarte, resente-se de amparo legal o pedido de aplicação de medidas cautelares à testemunha MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA razão pela qual o indefiro.

24. Intimar. Cientificar o MPF.

25. Após, em nada mais sendo requerido, arquivar os autos com baixa na distribuição.

Brasília, 13 de setembro de 2021.

POLLYANNA KELLY MACIEL MEDEIROS MARTINS ALVES

Juíza Federal Substituta da 12ª Vara

